

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 606.079 - MG (2014/0283999-1)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
EMBARGANTE : 6BRASIL PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA  
ADVOGADO : IGOR RENATO COUTINHO VILELA E OUTRO(S) -  
MG111686N  
EMBARGADO : MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA  
PROCURADOR : ANTONIO AMADO MAIOLINO JUNIOR E OUTRO(S) -  
MG085211N

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. DECISÃO QUE, NO TRIBUNAL DE 2º. GRAU, NEGA SEGUIMENTO A RECURSO ESPECIAL, COM FUNDAMENTO NO ART. 543-C, § 7º., I DO CPC/1973. FUNGIBILIDADE RECURSAL. CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. RETORNO DOS AUTOS À CORTE DE ORIGEM. POSSIBILIDADE. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL: AGRG NO ARESP 260.033/PR, REL. MIN. RAUL ARAÚJO, DJE 25.9.2015 EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA DA EMPRESA PROVIDOS.

1. É firme a jurisprudência deste Tribunal Superior de que não cabe agravo de instrumento contra decisão que nega seguimento a Recurso Especial com base no art. 543, § 7º., inciso I do CPC (QO no Ag. 1.154.599/SP, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, DJe 12.5.2011).

2. Não obstante, conforme decidido pela Corte Especial deste STJ, se equivocadamente a parte interpuser o Agravo do art. 544 do CPC/1973 contra a referida decisão, por não configurar erro grosseiro, cabe ao Superior Tribunal de Justiça remeter o Recurso à Corte de origem para sua apreciação como Agravo Interno (AgRg no AREsp. 260.033/PR, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, DJe 25.9.2015). Tal entendimento aplica-se aos Agravos interpostos na vigência do CPC/1973, ainda que posteriores a 12.5.2011, nos termos do voto vencedor do AREsp. 260.033/PR.

3. Embargos de Divergência da Empresa providos.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, dar provimento aos embargos de divergência, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Og Fernandes, Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa, Gurgel de Faria e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília/DF, 27 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR

